

A REFORMA BENJAMIN CONSTANT E A EDUCAÇÃO BÁSICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria Vanderlânia Sousa de Freitas, MVSF

Universidade Estadual da Paraíba – vanderlania.freitas@gmail.com

RESUMO

A reforma de Benjamin Constant é uma reforma educacional de caráter elitista e liberal ocorrida no final do século XIX, cujas determinações legais foram importantes para organização dos conteúdos ministrados na educação básica, assim como a organização do método adotado no processo ensino-aprendizagem, porém a reforma não atingiu de forma ampla os resultados previstos. Para melhor compreensão deste processo de reforma, este artigo objetiva analisar como o currículo acadêmico foi, gradativamente, sendo substituído pelo enciclopedismo de viés positivista. Consiste em estudo bibliográfico que toma como referências os autores Taís Delaneze, Sebastian Sanchez, Jorge Nagle e Boris Fausto. Conclui que a reforma buscou dar um novo currículo para a educação básica, porém não concretizou seu ideal, mantendo o país em estatísticas negativas neste assunto.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisou como o currículo acadêmico foi, gradativamente, sendo substituído pelo enciclopedismo de viés positivista, na reforma educacional promovido por Benjamin Constant no final do século XIX. Foi realizado um levantamento bibliográfico, no intuito de identificar dados importantes sobre o tema e levantar informações que foram utilizadas ao longo do trabalho. Os teóricos que estudaram este assunto realizaram uma crítica sobre os valores e os conhecimentos que caracterizaram esta reforma e as mudanças ocorridas na educação básica no Brasil, devido esta legislação.

A REFORMA BENJAMIN CONSTANT E A EDUCAÇÃO BÁSICA

Para entendermos um pouco sobre a reforma de Benjamin Constant e a educação na república serão realizadas considerações sobre os decretos publicados

sobre a instrução pública, as ideias sobre educação neste período e as consequências desta reforma para a sociedade.

A economia brasileira na primeira república era essencialmente agrícola e reconhecida mundialmente no padrão da divisão internacional do trabalho. O Brasil era centro produtor de matéria-prima, representado pelos produtos: café, cacau, borracha e açúcar, contudo o primeiro era o mais importante. (FAUSTO, 2001)

O sistema urbano-industrial também irá ocupar o cenário econômico, Mauá teve grande participação, ele foi o primeiro grande capitalista nacional. A implantação do capitalismo industrial brasileiro é representada, inicialmente, pelas parcerias entre os fazendeiros do café e as indústrias, a melhoria dos transportes e a organização bancária.

A sociedade era rural e os fazendeiros estavam no topo da pirâmide. A política de valorização do café foi instrumento principal para a ascensão dos fazendeiros cultivadores de café, contudo dois acontecimentos importantes influenciaram na estrutura da sociedade brasileira republicana, são: a abolição dos escravos em 1888 e a imigração intensificada no início do século XIX.

Após a implantação da República em 1889, Benjamin Constant propõe uma reforma e esta será implantada parcialmente. Esta reforma tinha por intuito substituir o currículo acadêmico pelo currículo enciclopédico, ou seja, o currículo prático, característico das ideias positivistas.

A partir da obra de Moacyr Primitivo (apud DELANEZE, 2001), a reforma de Benjamin Constant foi composta de 21 decretos, publicados entre maio de 1890 e janeiro de 1891, e foi a primeira reforma educacional da república brasileira, tinha foco em métodos e conteúdos e era de cunho liberal e elitista. Os decretos em sua maioria eram sobre a educação e estabelecimentos mantidos pelo governo federal na capital federal, ressaltando o ensino superior que tinha instituições de ensino em outras cidades e capitais do país.

A reforma incluiu disciplinas científicas, visto que as disciplinas oferecidas, até então, tinham influência humanista e esta autoridade fazia com que as disciplinas científicas fossem excluídas, logo o currículo do ginásio era composto por sete anos e predominava as disciplinas científicas em relação às disciplinas clássicas ou humanistas.

A criação de um centro de aperfeiçoamento do magistério, o *pedagogium*, também era usado para propagar a reforma educativa (SANCHEZ, 2007).

O decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, regulamenta a educação primária e secundária no Distrito Federal, mantendo a descentralização da educação primária, esta sob a responsabilidade dos estados. O decreto possui 9 títulos e 81 artigos.

Segundo o decreto, o ensino primário era destinado a crianças de 7 a 13 anos, dividido em três anos, logo, as crianças de 7 a 9 anos, cursavam o primeiro ano, aquelas de 9 a 11 anos o segundo ano e aquelas de 11 a 13 anos o terceiro ano. Quanto ao segundo grau, ou ensino secundário, seria destinado às crianças de 13 a 15 anos e composto de 7 anos, conforme mencionado anteriormente.

Os títulos do decreto de 8 de novembro de 1891 versam ainda sobre o pessoal docente das escolas primárias, o *pedagogium*, o fundo escolar, as autoridades designadas para dirigir o ensino, as penalidades que ficam sujeitas os professores e diretores que faltam e por ultimo algumas disposições transitórias.

De acordo com as considerações de Saviani (apud DELANEZE, 2001), a reforma de Benjamin Constant traz uma escola graduada e tem por referência os grupos escolares. Os grupos escolares fazem parte da reforma estadual paulista de 1893, a qual o ensino elementar para alunos, era conforme o nível de aprendizagem do aluno, logo a série tornou-se a matriz para a graduação escolar.

Este modelo de escola graduada era utilizado no final do século XIX nos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular. A proposta dos grupos escolares era permitir uma reunião de escolas isoladas e agrupadas segundo as proximidades entre elas, promovendo uma organização escolar.

O método adotado para o ensino era o intuitivo, este método foi introduzido no Brasil por Rui Barbosa também no final do século XIX, em 1886, com a tradução da obra “Primeiras Lições de Coisas” de Norman Alisson Calkins. O método intuitivo foi inspirado por Pestalozzi, porém fundamentado em Locke, Rousseau, Condillac e Froebel. O objetivo era o ensino pelos sentidos: um ensino prático, ativo, pelo conhecimento direto das coisas. (SHELBAUER apud DELANEZE, 2001).

As boas intenções da proposta positivista, enquanto método, não conseguiu atingir a execução prática, pois o verdadeiro espírito experimental, em contato constante com a realidade, ficou no papel e o centro do método continuou sendo o livro.

A reforma do ensino superior foi uma das mais fortes expressões do novo regime. Através do decreto nº 1036A foi regulamentado que deveria ser excluído o direito eclesiástico, ou seja, as leis relativas à igreja, dos cursos de Direito de Recife e São Paulo, em virtude da separação da Igreja e do Estado.

Assumir o mundo como próprio e considerar-se responsável dos destinos da própria história, arrancar esse direito à divindade, é o que se entende por secularização (SANCHEZ, 2007). As críticas à reforma pela ala dos ortodoxos positivos aconteceram, pois Teixeira Mendes salientou que o governo, enquanto poder temporal, não poderia se intrometer nas questões de caráter espiritual como é o ensino e padre Arlindo Vieira foi mais forte na crítica defendendo a restauração das humanidades clássicas.

Outro decreto que versava sobre os cursos de Direito foi o decreto nº 1232H que dividiu o curso em três áreas as ciências jurídicas, as ciências sociais e o notariado, logo, o bacharel em Ciências Jurídicas exerceria a advocacia, a magistratura e os ofícios de justiça. O bacharel em Ciências Sociais atuaria no corpo consular e diplomático e o Notariado exerceria ofícios de justiça.

Outros decretos regulamentaram os cursos de Medicina, decreto nº 1269, e das escolas de Belas-Artes, de Minas que criou o Curso de Engenharia de Minas e Engenharia Civil, e Politécnica que criou os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Industrial que ao final do curso, além de título de Engenheiro, o aluno seria bacharel em Ciências.

O título de bacharel ganhou denominação de nobreza, o bacharel, aquele que terminava o curso superior e o coronel, aquele que controlava a política, e os dois constituíam os pilares do prestígio social (DELANEZE, 2001).

O bacharelismo era uma prática característica das classes médias, que lutavam contra a proletarização crescente, uma vez que o bacharel poderia não enriquecer, mas ascendia socialmente. Os bacharéis ocupavam os principais cargos no funcionalismo público. O Brasil contrastava entre uma pequena quantidade de “doutores” e uma vasta camada de analfabetos. A instrução básica poderia ter mudado a situação do analfabetismo no início do século XX.

A Constituição de 1891 aborda a educação em três temas: 1) a organização e atribuição de competência, 2) a laicidade e 3) a obrigatoriedade e gratuidade da instrução básica. Quanto à organização e atribuição de competência, este tema tratava de método e conteúdos presentes na reforma de Benjamin Constant. Quanto

à laicidade, a separação Igreja e Estado era promovida desde a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Quanto à obrigatoriedade e gratuidade da instrução básica, o Estado foi omissos e justifica isso pelo princípio do liberalismo: o individualismo, ou seja, deveria ser uma conquista progressiva do indivíduo (CURY apud DELANEZE, 2001).

As reformas educativas propostas pela burguesia liberal tinham como objetivo adequar a instrução às novas exigências do desenvolvimento industrial. As matérias clássicas e humanistas, que ocupavam a maior parte do tempo dedicado ao ensino, davam espaço às ciências positivas: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, desde o nível primário ao ensino superior. Benjamin Constant, na sua reforma, incluiu na escola de primeiro grau, aos treze anos, trigonometria, ciências físicas e naturais.

A reforma sofreu as consequências de ser o resultado de mais um transplante cultural, visto que buscava implantar as experiências europeias e estadunidenses no Brasil. Benjamin reformou o ensino secundário e o ensino primário não foi meta prioritária. Em 1890, existiam 85,21% de iletrados na população. (NAGLE, 1974).

A distinção entre o ensino humanista e o ensino científico confirmou a dualidade escolar que já existia. As ciências humanas continuariam a ser a áreas dos doutores e as ciências práticas foram a panaceia das classes emergentes, daqueles que possuíam espírito positivo, continuando a velha distinção entre a cabeça pensante e as mãos operárias, contudo estes estão num nível mais científico, mais refinado, mais difícil de identificar (SANCHEZ, 2007).

Benjamin morreu sem assinar sua exoneração do breve Ministério criado em 1890 e extinto em 1891 e, por 40 anos após essa data, a educação ficou sob a responsabilidade de um departamento do Ministério da Justiça como era no império (DELANEZE, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos sobre a reforma proposta por Benjamin Constant na educação, pude aumentar meu conhecimento sobre a instrução básica no início do século XX, e como a influência da sociedade e a responsabilidade assumida pelo Estado na educação estão relacionadas.

Esta pesquisa agregou alguns conhecimentos, contudo ainda simples, ela mudou a forma como eu percebia a legislação para a educação. Os eventos da

História do Brasil, como a libertação da escravatura e a imigração, promoveram a intensificação do trabalho livre e a necessidade de instrução, logo, percebe-se que o ambiente de trabalho que se formava à época, pois o trabalho livre está diretamente ligado à instrução, necessitava de mão-de-obra cada vez mais qualificada.

Quanto ao currículo positivista, este permitiu uma evolução do pensamento pedagógico, pois, enquanto matriz para a mudança do nível de conhecimento, a adoção da série trouxe uma melhor organização da estrutura escolar, porém quanto às experiências e conhecimentos gerados neste ambiente, em virtude da inclusão de matérias científicas, não foi atingido amplamente seu resultado, porque os beneficiados com o acesso à escola ainda era muito restrito no final do século XIX, justifico isto através da estatística mencionada anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELANEZE, Tais. **As reformas educacionais de Benjamin Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas**. São Carlos: UFSCar, 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de material escolar, 1974.

Portal Faculdade de Educação, UNICAMP. Glossário. Disponível em: {http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm#_ftn1} acesso em 05 de agosto de 2015.

SANCHEZ, Sebastian M. **História da Educação no Brasil**. Campina Grande. 2007.